

40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG11 - Drogas, atores e sociedade.

Mulheres no tráfico de drogas: um estudo sobre a participação feminina em mercados ilícitos no Submédio São Francisco, no nordeste brasileiro.

Autora: Joyce Keli do Nascimento Silva¹.

¹ Mestre em Ciências Sociais e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/MG.

Mulheres no tráfico de drogas: um estudo sobre a participação feminina em mercados ilícitos no Submédio São Francisco, no nordeste brasileiro.

1. Introdução.

Embora persista a grande diferença entre os totais absolutos de homens e mulheres encarcerados no Brasil, o Departamento Penitenciário Nacional, vinculado ao Ministério da Justiça brasileiro, através do primeiro relatório do Infopen Mulheres (BRASIL, 2015) disponibilizou dados de junho de 2014, os quais revelam que a população carcerária brasileira total englobava 579.781 pessoas custodiadas, sendo 37.380 mulheres e 542.401 homens. Em números absolutos, o Brasil tinha em 2014 a quinta maior população de mulheres encarceradas do mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia.

Ademais, no período entre 2000 e 2014, enquanto a média de crescimento da população carcerária masculina foi de 220,20%, a população carcerária feminina apresentou um crescimento de 567,4%. Sendo que, segundo o relatório, a participação no tráfico de drogas motivou a prisão de 68% das detentas do país (BRASIL, 2015).

No entanto, cumpre esclarecer que essa impressionante evolução do encarceramento feminino, bem como a sua relação com o uso e tráfico de drogas, já havia sido constatada em estudos realizados por Lemgruber (1983), Soares e Ilgenfritz (2002), Frinhani (2004), Moki (2005), Guedes (2006) e Braunstein (2007), dentre outros. Assim, tanto as estatísticas prisionais, quanto as pesquisa citadas evidenciam a trajetória ascendente do encarceramento de mulheres delinquentes e destacam a sua inserção nos mercados ilícitos de drogas, porém dissociada das maiores redes de organizações criminosas e, em geral, com a ocupação de posições subalternas ou coadjuvantes no crime.

D'élia Filho (2007) leciona que com a sedimentação da política de “guerra às drogas” a partir dos anos 1980, cresceu a divisão do trabalho nesse mercado ilegal, o que favoreceu o aumento do número de mulheres e crianças envolvidas com o narcotráfico, exercendo as funções sobre as quais recaem os maiores riscos de prisão e uma parcela ínfima dos lucros. Soares e Ilgenfritz (2002) ressaltam que o elevado número de mulheres presas por crimes de drogas está ligado justamente ao desempenho de funções subalternas na escala hierárquica dessas organizações criminosas.

Embora as mulheres presas por tráfico de entorpecentes ocupem, em geral, posição subalterna, Souza (2009) ressalva que esse fato não exclui a possibilidade, nos dias atuais, de uma maior participação de mulheres em funções de comando na hierarquia do tráfico, fato que foi evidenciado por Gómez (2012) em trabalho sobre o narcotráfico na região de Sinaloa no México.

Mas além das razões do crescente aprisionamento de mulheres por envolvimento no narcotráfico, outra questão relevante está em desvendar os fatores determinantes do ingresso e permanência delas nos mercados ilícitos de drogas, bem como de seus papéis e relações com os demais atores envolvidos. Para Souza (2009), a inserção das mulheres no tráfico de drogas se daria pela influência de homens com quem têm relações afetivas e de parentesco ou de forma independente, por motivações geralmente econômicas.

Nesse sentido, Moki (2005: 85) acrescenta que “o desemprego feminino, os baixos salários quando equiparados aos salários dos homens e o aumento de mulheres responsáveis financeiramente por suas famílias” impelem ao exercício de atividades ilícitas, tanto no narcotráfico, quanto em outras modalidades criminosas.

De outro lado, Guedes (2006: 568) não exclui os fatores até aqui mencionados, mas acrescenta a busca “por reconhecimento, inclusão e visibilidade social”; pela “afirmação de poder via criminalidade”; pela “sensação do ganhar dinheiro fácil, da ‘autoridade de bandido’ com poder absoluto sobre o outro”; pela “não-subjugação às regras sociais”; e, finalmente, pela inclusão no “ideal de consumo e acesso a bens materiais tão difundido pelo modelo neoliberal”.

Assinalamos que também nos cultivos de plantas consideradas ilícitas em áreas rurais são marcantes a vulnerabilidade socioeconômica dos atores envolvidos, bem como a influência das estruturas e distinções de gênero que podem variar de acordo com a região estudada, conforme se depreende dos trabalhos de Sánchez Alhama, Molero Mesa e Domínguez (2006); Bloomer (2009); Santacruz-De León e Palacio-Muñoz (2014); Afsahi (2015) e Fraga (2015).

Diante disso, e considerando que no Brasil ainda há certa escassez de estudos sobre a participação feminina nos mercados de drogas, em especial em cidades do interior do nordeste brasileiro, neste trabalho serão apresentados os resultados preliminares de pesquisa apoiada pelo CNPq e pela FAPEMIG, que tem por objeto a participação feminina no comércio e plantio de entorpecentes na região do Submédio São

Francisco, nos municípios de Petrolina, Orocó, Cabrobó e Belém do São Francisco em Pernambuco e nos municípios de Juazeiro e Curaçá na Bahia.

Destacamos que a população carcerária feminina destes estados acompanhou a tendência de crescimento verificada no contexto nacional, haja vista que, no período entre 2007 e 2014, o incremento no número de presas foi de 101% em Pernambuco e de 94% na Bahia, com destaque para a prática dos crimes de drogas (BRASIL, 2015). E que a Região do Submédio São Francisco possui a especificidade de verificar o aumento do consumo e do tráfico de drogas, notadamente a maconha e o crack, nos últimos anos, e, também, de ser a principal região produtora de *cannabis*, matéria prima para a produção da maconha e do haxixe (RODRIGUES & RIBEIRO, 2014; FRAGA, 2015).

O objetivo, aqui, é contribuir para a discussão teórica sobre as relações existentes entre a condição de gênero e os mecanismos, práticas e atores dos mercados ilícitos de drogas na região, bem como identificar as motivações individuais e os elementos estruturais relacionados à inserção das mulheres nessas práticas.

Esclarecemos que a legislação brasileira vigente tipifica como crime de “tráfico de drogas” várias condutas descritas no artigo 33, *caput* e parágrafos da Lei nº. 11.343/2006, tais como a importação, exportação, produção, cultivo, depósito, posse, guarda, transporte, venda, exposição à venda, etc., de substâncias entorpecentes consideradas ilícitas, bem como de matéria-prima, insumo, produtos químicos e plantas destinadas à sua produção. Não obstante, deste ponto em diante empregaremos as expressões “tráfico de drogas” e “comércio ilícito” para indicar as condutas de portar, vender ou transportar entorpecentes, e empregaremos a expressão “cultivo” ou “plantio” ilícito para indicar as condutas de semear, cultivar e colher a planta *cannabis sativa*, destinada à produção de maconha e haxixe.

A pesquisa original contemplou a utilização de metodologias variadas, porém, neste trabalho a análise se concentrará nos relatos de vida de quatro mulheres presas no Conjunto Penal de Juazeiro, Bahia por tráfico de drogas, e de quatro mulheres que, em algum momento, estiveram envolvidas em atividades relacionadas ao cultivo ilícito de *cannabis*.

Foram realizadas entrevistas em profundidade (POUPART, 2008) para traçar as trajetórias biográficas (DUBAR, 1998) das mulheres sujeito da pesquisa, visando verificar elementos objetivos e subjetivos das relações estabelecidas entre essas mulheres com instituições e atores relacionados ou não à atividade ilícita.

Recorremos às noções de trajetórias biográficas (DUBAR, 1998) e de “caminhos” (KOKOREFF, 2005) como elementos analíticos, para compreender a influência de aspectos das relações familiares, laborais, institucionais e interacionais sobre a inserção de mulheres nos mercados de drogas, seja no comércio ou no plantio ilícito. E percebemos, assim, que apesar de o tráfico e o plantio na região estudada serem atividades predominantemente masculinas, a participação feminina merece destaque por envolver o desempenho de atividades específicas que, dependendo do contexto, podem ou não tencioná-las à construção de uma carreira criminal, bem como conferir-lhes maior ou menor visibilidade para os agentes da repressão policial.

A seguir, apresentamos uma síntese das histórias de vida dessas mulheres, bem como as conclusões preliminares resultantes de sua análise. Ao longo do texto os nomes que aparecem para identificar as entrevistadas são fictícios, com vistas à preservação das identidades e da segurança pessoal de cada uma. Todas colaboraram espontaneamente com seus depoimentos, tendo sido respeitados os preceitos éticos para realização de pesquisas acadêmicas.

2. A participação feminina no tráfico de drogas em municípios do Submédio São Francisco.

Como vimos, nos municípios da Região do Submédio São Francisco foi registrado, nos últimos anos, o aumento do consumo e do tráfico de drogas (RODRIGUES e RIBEIRO, 2014). Foram realizados vários estudos sobre a problemática da criminalidade relacionada às drogas, sobre seus mecanismos e especificidades na região (OLIVEIRA, 2007; MOREIRA, 2007, NÓBREGA JÚNIOR, 2010; FRAGA e IULIANELLI, 2011; FREIRE, 2014, dentre outros).

A grande maioria destes estudos, todavia, não adota uma perspectiva que privilegie uma análise da participação feminina no comércio e distribuição de entorpecentes no nordeste brasileiro. Os estudos que abordam a questão da criminalidade feminina na região muitas vezes se preocupam com as políticas públicas e a situação carcerária de mulheres internas em estabelecimentos prisionais (BARROS et. al., 2007; SANTOS, 2009; OLIVEIRA, 2015), mas apenas recentemente têm surgido pesquisas sobre a atuação feminina nos mercados ilícitos na região (FRAGA, 2015; FRAGA e SILVA, 2015).

No Conjunto Penal de Juazeiro obtivemos autorização para realizar entrevistas com a participação voluntária de 04 (quatro) mulheres condenadas por crimes da Lei de Drogas, em todos os casos devido ao comércio, porte ou transporte de quantidades variadas de entorpecentes.

As mulheres entrevistadas têm em comum o fato de terem declarado motivações econômicas para ingressarem na atividade do tráfico, porém a destinação do dinheiro obtido com o tráfico difere.

A primeira entrevistada foi Lena, 46 anos. Ela foi presa em duas ocasiões diferentes, ambas por tráfico de drogas. Sobre sua primeira prisão ela declarou que, na época do fato, era casada e trabalhava montando barracas em festas, atividade através da qual “conheceu gente de todo nível”. Narra que, em 2008, o filho de 06 anos ficou doente, contraiu a Doença de Calazar², que o dinheiro que ganhava não era suficiente para comprar os medicamentos necessários e que estava separada do marido. Conta que um amigo lhe perguntou se ela não queria vender um "negócio". Ela respondeu que tinha medo, mas que, ainda assim, pegou 10g. de “pedra de crack” para vender e continuou vendendo. Passou a vender quantidades maiores e em 03 (três) meses obteve lucro de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Atraído pelo lucro da atividade de Lena no tráfico, o marido voltou para casa e também começou a traficar cocaína e crack, nunca maconha. Ela alega que o marido “começou a ostentar, subindo e descendo de moto” e que, na cidade pequena, isso chamou a atenção do Major da Polícia Militar que “começou a pegar no pé”. E numa diligência feita em sua casa, o Major só encontrou bebida e CDs pirata, que foram apreendidos, mas que não havia droga. Narra que ela e o marido foram presos e na delegacia foi registrada na ocorrência a apreensão de 05 (cinco) “dola” de maconha. Em 2009, Lena ficou 02 (dois) meses detida e o marido ficou 03 (três) meses detido, ambos em prisão preventiva. Segundo Lena, quando saíram da cadeia já haviam gasto todo o dinheiro que conseguiram com o tráfico pagando o advogado. Ela conta que não quis mais continuar com o tráfico, mas seu marido continuou vendendo drogas, o que manteve a atenção da polícia. Afirma que o “dinheiro do tráfico, tudo que você ganha, você gasta com advogado”.

² A Doença de Calazar ou Leishmaniose Visceral costuma se propagar nas regiões rurais, sendo comum no nordeste brasileiro e compromete os órgãos viscerais, principalmente o fígado, o baço e a medula óssea.

Em 2010, foi presa pela segunda vez. Lena conta que estava parada, em frete à casa da cunhada, conversando com o sobrinho do marido, quando a polícia apareceu. Segundo Lena, a polícia vasculhou a casa da cunhada e que mas não havia droga no local, mas que se a Polícia tivesse revistado sua casa, teria encontrado drogas, pois o marido ainda traficava. Lena declara que, nessa ocasião, a polícia “plantou” na residência maconha e 12 (doze) “pedras de crack não amarrada”, constando na ocorrência que a droga lhe pertencia, motivo pelo qual foi presa novamente e passou 01 (um) ano e 04 (quatro) meses na cadeia da Delegacia da cidade. O que segundo sua avaliação foi um erro “porque ela não tinha nada”, nenhuma droga, e em seu entendimento “não devia nada”. Lena narra que se separou do marido nessa época porque ele continuava traficando drogas. Para se manter afastada da atividade ilícita, ela foi morar em outra cidade, onde trabalhou como cozinheira em um restaurante de um posto de gasolina.

Lena informa que está presa cumprindo pena fixada em sentença condenatória, pelo processo do crime tráfico registrado em 2009. Ela foi condenada a 22 (vinte e dois) anos e 04 (quatro) meses de prisão pelos crimes de falsificação e adulteração de bebidas (artigo 272, §1º - A e §1º do Código Penal), de violação de direitos autorais pelos “CDs piratas” (artigo 184, §2º do Código Penal) e por tráfico de drogas (artigo 33 da Lei nº. 11.343/2006) e associação para o tráfico (artigo 35 da Lei nº. 11.343/2006) devido à apreensão das 05 (cinco) “dola” de maconha. Segundo ela, a bebida não era adulterada, mas “o Major disse que era falsa e como não tinha perícia na cidade”, ela foi condenada também por adulteração de bebidas.

Lena conta que foi presa no seu local de trabalho e que não pagou advogado, porque não tinha dinheiro, estava trabalhando e não mexia mais com tráfico. Ela continua separada do ex-marido, que também foi preso no Ceará por causa dessa mesma condenação. Segundo Lena está correndo o recurso dessa condenação através do advogado do ex-marido. Ela sempre pergunta ao advogado do Conjunto Penal de Juazeiro como está a situação do recurso, mas precisa esperar “a cadeia abrir”, ou seja, a mudança do regime de cumprimento da pena de “fechado” para “semiaberto”, quando poderá sair para trabalhar durante o dia e permanecerá dormindo no presídio.

Sobre a sua relação com a família, Lena conta que tem 04 (quatro) filhos. As crianças estão sob o cuidado da sua ex-sogra e o filho mais velho fez 19 anos a pouco, está no primeiro ano da faculdade de Direito e ela não quer que ele a visite. Ela teve um outro filho que morreu em um acidente de trânsito.

Lena declara que antes de vender drogas o marido trabalhava, mas que o problema desde o casamento é que “ele nunca gostou de trabalhar”. Tanto que a família dela era contra o relacionamento.

O pai de Lena, já falecido, era engenheiro, enquanto a mãe, ainda viva é aposentada. Ela diz que tem sete irmãos. Narra que nunca gostou de pedir dinheiro para o pai, porque ele não aceitava o seu marido. Não pediu dinheiro para o pai nem quando o filho estava doente, porque “tem orgulho” e, por isso, preferiu traficar.

Lena estudou até a oitava série do ensino fundamental, enquanto suas irmãs e irmãos estão formados e bem empregados. Ela afirma que teve uma infância boa, sempre foi muito bem criada. Mas que teve um filho aos 15 (quinze) anos e deixou os estudos.

Casou-se aos 17 (dezesete) anos, contrariando o pai que não aceitava o casamento, porque o ex-marido “não tinha uma fama muito boa”, não mexia com droga, mas era conhecido por brigas e por frequentar a chamada “Rua da Palha”, em que havia casas de prostituição. Depois do casamento acabou se afastando do pai.

Conta que o ex-marido nunca a tratou mal, nunca dormiu fora de casa, mas, que a traiu e teve um filho fora do casamento. A sogra era como uma mãe para Lena, que afirma que o ex-marido foi muito bem criado, “de uma família muito boa, só ele entortou”.

Conta, ainda, que muitas das mulheres com quem cumpre pena, foram presas porque vendiam drogas para bancar o marido ou companheiro que já estava preso. Mas que quando são elas que vão presas, não têm quem ajude. Sendo que quando os homens saem da prisão não dão assistência às mulheres que foram presas por eles. Mas afirma que, se não estivesse separada e o ex-marido estivesse solto, “não estaria na cadeia”, ou se estivesse “não estaria faltando nada, estaria na mordomia”.

Lena esclarece que trabalha com artesanato, costura, borda, pinta, faz bonecas e vende no próprio conjunto penal. Não estuda, porque prefere fazer o artesanato e os cursos que são oferecidos.

Sobre o estabelecimento prisional, Lena conta que as presas são orientadas por dois advogados da casa, tem psicólogo, terapeuta, enfermeira e médico. Ela se consulta com o psicólogo. Relata que são 06 (seis) celas, cada uma com capacidade para 08 (oito) detentas, à época haviam cerca de 31 (trinta e uma) detentas, “tudo arrumadinho, pintadinho”. Sobre o convívio com as demais internas, Lena afirma que é “boa

convivência, sem atrito”. Que “quando chega alguma mais exaltada, fala com a supervisora e coloca no castigo”.

Como visto, Lena reconhece que se envolveu de forma voluntária com o tráfico de drogas, motivada por dificuldades financeiras, mas alega que em ambas as ocasiões em que foi presa, não portava drogas. Sua inserção foi mediada por uma figura masculina, mas está não exercia sobre Lena influência decorrente de relação de parentesco ou afetividade, pois ela foi convidada por um conhecido para assumir funções na rede ilícita do circuito de festas em que já trabalhava comercializando produtos legais.

Destacamos que Lena, durante o período em que reconhece ter traficado, manteve suas funções de mãe, dona de casa e seu trabalho em festas n pequena cidade onde morava. Portanto, ela se utilizou da atividade econômica informal para realizar a venda de substâncias ilícitas, na medida em que se valia da rede de contatos e do ambiente social da primeira para desempenhar das segundas. Note-se aqui o que Telles (2010: 101) chamou de “transversalidade entre o ilegal, o informal e o ilícito”, bem como a necessidade de atentarmos para a distinção da “natureza da transgressão que se opera no âmbito da economia informal e a que define as atividades ilícitas ou criminosas, como o tráfico de drogas”.

Seu relato demonstra que sobre ela recaiu maior interesse dos agentes de polícia, devido ao comportamento do marido. Após, a primeira prisão foi rotulada como traficante (BECKER, 2008), e passou a ser alvo da seleção e sujeição-criminal (MISSE, 1999). Contudo, em ambas as prisões ela não dispôs de meios para escapar do flagrante, que, segundo sua narrativa, foi forjado pelos policiais.

Já a segunda entrevistada, foi Ana, 26 anos. Ela relata que teve uma infância difícil, pois quando tinha 10 (dez) anos de idade os pais se separaram. Conta que foi criada pela mãe e não conheceu os avôs paternos, nem maternos. Após a separação, o pai que se mudou para São Paulo. Relata que tem 22 (vinte e dois) irmãos, frutos de três famílias diferentes formadas pelo pai. Ela tem 08 (oito) irmãos por parte de mãe e mantém um relacionamento mais próximo apenas com uma única irmã.

Sobre sua infância, Ana conta que aos 12 (anos) de idade começou a trabalhar em casa de família, limpava a casa e cuidava de uma criança pequena, mas não cozinhava. A casa de família em que Ana trabalhou pertencia a pessoas que tinham uma boa condição de vida, “a tratavam bem, pagavam direitinho, mas sem carteira assinada”. Ela trabalhava até meio dia, depois voltava para casa e ia para a escola à tarde. Os irmãos passavam o

dia todo na creche e ela os buscava quando saia da escola. Ana arrumava a própria casa à noite.

Quando Ana tinha 16 (dezesesseis) anos, sua mãe foi morta pelo companheiro, na frente dos seus três irmãos mais novos. Ela estava morando na casa de uma colega e só soube do ocorrido 05 (cinco) dias após o enterro, pois foi procurada e informada por uma irmã mais velha, já casada.

Após a morte da mãe, Ana declara que sofreu de depressão e passou um ano tomando remédios controlados. Conta, ainda, outro episódio que agravou sua depressão. Ela diz que, pouco depois da morte da mãe, um seu colega foi assassinado a tiros na sua frente. Ela tentou prestar socorro, mas não adiantou. Foi nesse período que teve o primeiro contato com as drogas através de amigos e acabou viciada em crack. Usou a “pedra” durante 06 (seis) anos e 06 (seis) meses. Aos 17 (dezesete) anos uma conhecida lhe ofereceu para experimentar uma mistura de maconha e crack, conhecida como “craconha”, “criptonita”, “mesclado” ou “melado” (segundo usuários e pesquisas possui um grande poder viciante). Ana já tinha experimentado maconha, depois passou para o cachimbo de crack. Afirma que precisou de muita garra para conseguir parar, mas se esforçou porque percebeu que estava se destruindo. Declara que se olhava no espelho e não se reconhecia mais. Afirma que chegou, inclusive, a se prostituir para comprar a droga e raramente se alimentava. Parou de usar o crack, mas continuou fumando maconha. Acredita que a maconha a ajudou a deixar o crack, pois lhe fazia bem, ajudava com o apetite e com o sono.

Faz 05 (cinco) anos que não consome mais drogas. Ana declara que é “amigada” há 02 (dois) anos. Seu companheiro também é usuário de maconha e está preso. Ela informa que conheceu o atual companheiro quando já estava no mundo das drogas e afirma “Ele caiu junto comigo”. O companheiro tomava conta da “boca” em que ela comprava a droga para consumo. Ela traficou junto com o companheiro. Eles não têm filhos.

Após deixar de fumar o crack, Ana conta que recuperou a saúde e que, hoje em dia, só não está em melhores condições porque foi baleada. Ela narra que tentaram matar seu companheiro, por causa de uma rixa, mas não o encontraram. Como ela estava na casa atiraram 06 (seis) vezes em Ana e acertaram 03 (três) tiros, lesionando o pulmão, o fígado, o intestino e um dedo. Passou por cirurgia e ficou internada. Depois de ser baleada, Ana também parou de fumar maconha, por recomendação médica.

Quanto ao seu envolvimento com o tráfico de drogas, Ana relata que começou a traficar para sustentar o vício, mas que depois que parou de usar crack, continuou no tráfico para se sustentar. Ela pegava a droga para vender com as mesmas pessoas de quem comprava, eles confiavam nela, porque, segundo seu relato, ela “era viciada, mas não gastava muito”. Afirma que chegou a lucrar R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por semana, apenas com o crack vendido em “peteca” (embalagem plástica), que, segundo Ana, rende mais do que vendido em gramas.

Ela traficou durante dois anos antes de ser presa, mas não conseguiu comprar uma casa, porque tinha muitas despesas cuidando de três sobrinhos, filhos da irmã usuária de drogas.

Há três anos, ela foi presa pela primeira vez, transportando 15 Kg. de maconha e foi condenada a 07 (sete) anos de reclusão em regime fechado, após recurso a pena foi revista e reduzida para 02 (dois) anos em regime semiaberto. Ela cumpriu 01 (um) ano, 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de prisão e foi posta em liberdade.

Conta que sua segunda prisão ocorreu porque comprou uma televisão roubada sem saber. A polícia fez uma busca na sua casa, encontrou o aparelho de TV e droga em uma casa abandonada vizinha à sua e como ela já tinha passagem por tráfico, os policiais disseram que a droga era dela. Também foi condenada, dessa vez a 07 (sete) anos e 06 (seis meses) de reclusão em regime fechado. No presídio, Ana relata que estudou até o 6º ano, que concluiu a 7ª e a 8ª séries do ensino fundamental em turmas de aceleração enquanto cumpria pena no presídio e que já se matriculou para cursar o ensino médio. Ela também trabalha fazendo artesanato (bordados, cestas de papel reciclado e bonecas de lã) e recebe pelo que faz.

Sobre o relacionamento com as outras detentas, Ana diz que, em 2015, se envolveu em uma briga no presídio, que reponde uma sindicância para apuração da falta disciplinar e vai receber um castigo por causa da confusão. Ana afirma que pretende pagar sua dívida, a sua pena rapidamente e não “atrasar mais a sua vida”. Diz que tenta evitar conflitos, mas que “sempre tem alguém para atrasar a vidas das pessoas”.

Ela não tem advogado, pois afirma que “é só ela e Deus por ela”. Recebeu assistência de um defensor público, mas, até o momento da entrevista, não havia recebido qualquer resposta sobre o andamento da sindicância e uma possível punição disciplinar. Afirma não receber ajuda de ninguém.

A trajetória de Ana difere da de Lena, porque foi marcada pelo abandono familiar, pelo trabalho infantil e por episódios de violência, que, segundo seu relato levaram ao vício em crack. Embora, declare que traficou em associação com o companheiro, o seu ingresso no tráfico ocorreu de forma independente motivado pela necessidade de manutenção do vício e, posteriormente, como forma de obtenção de renda.

A terceira entrevistada foi Leila, 31 anos. Ela declara que foi presa duas vezes, acusada pela prática do tráfico de drogas. Sobre sua família, Leila conta que a mãe engravidou jovem, mas não pode se casar com o seu pai biológico, porque os avós maternos se opuseram ao relacionamento. Assim, teve a filha solteira e mais tarde se casou com outro homem, com quem teve mais dois filhos, um menino e uma menina. Leila foi criada pelos avós maternos, pois a mãe trabalha viajando com o padrasto em um negócio de frigoríficos. Nunca teve contato com o pai biológico, de quem não se falava, em respeito ao padrasto.

A avó materna faleceu quando Leila tinha nove anos de idade, momento em que foi morar com a mãe, o padrasto e os irmãos mais novos. A mãe é evangélica e ela também começou a frequentar a igreja. Afirma que, hoje, tem o mesmo conceito religioso da mãe. Mas relata que desde muito nova, ela já sentia que tinha um comportamento diferente do das outras meninas, ou seja, que tinha uma orientação sexual diferente, o que as pessoas não percebiam.

Afirma que tanto ela, quanto os irmãos receberam um “bom estudo”. Quando as filhas estudavam, a mãe sempre teve a preocupação de que ficassem na mesma sala e na mesma série, apesar da irmã ser um ano mais nova. Ela conta que guardava consigo o sentimento de deslocamento, por não ser filha biológica do padrasto. Diz que se sentia deslocada, apesar de não perceber diferença de tratamento. E sua avaliação geral é de que o padrasto, a quem chama de pai, foi muito bom para com ela.

Leila pontua que sempre considerou o próprio comportamento mais masculinizado e que depois de ser presa ficou com a aparência um pouco mais masculina. Contudo, ela diz que sente atração por mulheres, mas que não gosta de parecer masculina. Mas, afirma que sente e ainda acredita que, para Deus, isso é abominável. Leila declara que crê na Bíblia e que acredita que seu comportamento está errado, mas não consegue deixar de agir assim.

Leila conta que quando cursava o 2º ano do ensino médio, começou a se aproximar de pessoas do meio homossexual na escola. Conta que essas pessoas não se importavam com a opinião da família e “viviam o que queriam viver”, saíam e frequentavam festas. Enquanto ela se sentia controlada e presa pela mãe.

Conta que quando estava estudando para o concurso da Polícia Militar à noite, conheceu pessoas com quem se identificava, estas pessoas saíam e se divertiam, começou a sair escondida. Mas a mãe descobriu as mentiras contadas por Leila, fazendo com que o seu relacionamento com a família se tornasse mais difícil.

Leila conta que teve uma amiga que vendia crack e foi presa, mas se livrou do flagrante. Que queria ir a uma festa junina famosa na cidade, mas não tinha dinheiro, motivo pelo qual resolveu tomar conta da “boca” da referida amiga tinha num salão de beleza, como um trabalho. Diz que não conhecia droga e nem sabia como manuseá-la. Segundo Leila, essa foi a única maneira de conseguir o dinheiro, pois não quis roubar e não conseguiria se prostituir.

Segundo Leila alguém denunciou a “boca de fumo” e ela passou 03 (três) meses em prisão preventiva, onde conheceu “traficantes fortes”. Que havia, entre os traficantes ligados à “boca” onde foi detida, o temor de que ela, por ser nova, entregaria o dono da droga para a polícia. No entanto, ela não entregou ninguém e com isso ganhou a confiança dos traficantes

Foi na prisão que Leila conheceu uma mulher de 42 (quarenta e dois) anos, natural de Brasília, estava presa por tráfico. Leila narra que se aproximou dessa traficante porque a considerava uma pessoa muito inteligente, com muita experiência, com quem gostava de conversar. Mas admite que essa traficante “era forte, mexia com muita coisa”.

Na audiência de julgamento, Leila afirmou que era usuária de drogas e como a quantidade de crack apreendida era pequena, 06 (seis) ou 08 (oito) pedras, foi liberada pelo juiz devido à Lei nº. 11.343/2006, apenas com a obrigação de comparecer mensalmente em juízo.

Ao sair da prisão, Leila manteve o contato com a traficante de Brasília, que, mais tarde, lhe pediu para localizar uma pessoa que pudesse vender sua droga na cidade. Leila conta que acabou intermediando o contato entre essa traficante e a uma amiga, mas que não voltou a trabalhar com isso, não tinha participação no lucro.

Depois de sair da cadeia, conversou com a mãe e esclareceu que trabalhou com o tráfico porque queria dinheiro para sair e se divertir, mas não conseguiu contar sobre seu homossexualismo.

Sua segunda prisão aconteceu porque Leila não deixou de frequentar o local da cidade chamado “campão”, conhecido como ponto de venda e de encontro para consumo de drogas. Ela esclarece que se manteve próxima de suas amigas e que frequentava esse ponto de venda de drogas, porque era um ambiente do qual gostava e que lhe proporcionava idas a festas.

Contudo, afirma não ter se envolvido mais com o tráfico, deixou de vigiar a “boca”, porque não podia mais ser presa e porque tinha medo. Ela conta que “ouvia certas conversas”, que sabia das dificuldades e disputas no meio do tráfico, que era “matar ou morrer, muito arriscado”.

Quando foi presa em outubro de 2012, Leila afirma que estava no “campão” apenas conversando com colegas, trocando músicas pelo celular, e que foi até ali para procurar uma amiga e comprar um “baseado” para a menina com que estava “ficando”.

Ela conta que viu a polícia chegando de moto e que as demais pessoas fugiram, enquanto ela, um rapaz chamado Everton e um menor que estavam fumando o seu “baseado” foram abordados. Leila conta que não correu porque não estava fazendo nada de errado. Ela diz que não fumava maconha porque nunca se deu com droga, se fumasse ela apagava, dormia profundamente.

A polícia encontrou com Leila o cigarro de maconha que ela havia comprado para a sua “ficante” e outras 32 (trinta e duas) pedras de crack em buscas no “campão”. E que como era a única com passagem, ela ficou como a dona da droga. Lembra que os policiais afirmaram ter recebido uma denúncia de que uma mulher conhecida como “índia” estava traficando naquela área. Leila afirmou para o juiz que não tem traços de índia, mas o magistrado disse-lhe para recorrer em Salvador da condenação a 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão.

À época da entrevista, Leila já havia cumprido 03 (três) anos e (03) três meses da sua pena e estava preste a receber a mudança de regime de fechado para o semiaberto, mas se envolveu em uma briga na ala feminina, em que sua namorada tomou parte. Ela afirma que queria apenas apartar a briga. Segundo ela, sua namorada saiu da prisão, porque pagou advogado particular, mas ela está respondendo uma sindicância e receber um “castigo”. Conta que nunca teve advogado particular, por não conseguir pagar e não

está satisfeita com a assistência do advogado do presídio na condução da sindicância para apuração da briga.

Sobre o cotidiano no conjunto penal, Leila conta que as presas na ala feminina são desunidas, que não têm uma liderança e, por isso, são tratadas com mais rigor pela Direção. Afirma que são as agentes penitenciárias, chamadas de “prezadas” que lideram a ala. Para Leila o mesmo não acontece nos “raios dos homens” (alas masculinas), porque eles formam uma “massa maior”, são mais unidos, cada raio tem o seu líder para reivindicar e negociar com a Direção da casa. Sendo que a Direção sabe que não pode ser rigorosa demais com os homens, senão o presídio “vira”, isto é, sofre uma rebelião.

Leila relata que já fez três cursos no presídio e que trabalha auxiliando as “prezadas” na separação das presas para a realização de procedimentos, como ida ao medido ou à psicóloga, e que também faz a distribuição da comida entre as celas, recebendo R\$40,00 (quarenta reais) por mês.

Segundo Leila, a maioria das mulheres presas no Conjunto Penal de Juazeiro “caíram” por tráfico. Ela diz que caiu no tráfico “por uma questão familiar, precisava viver”. Acredita que, na maioria dos casos, as mulheres entram para o tráfico porque têm famílias desestruturadas e por falta de oportunidades. Acredita que essas mulheres são “abraçadas” pelo tráfico, que é “muito ilusório”. Acredita que, atualmente, “o tráfico abre muita porta pra mulheres, mas o homem lidera mais e a mulher é mais usada”.

Sobre como será sua vida ao sair da prisão, Leila relata que o pai lhe pediu que abandonasse as antigas amizades e lhe disse que abrirá um comércio onde ela poderá trabalhar. Ela também pretende estudar, vai fazer um cursinho para concurso e que não vai voltar a se envolver com o tráfico.

A trajetória de Leila apresenta uma inserção no tráfico voluntária e mediada por pessoas de seu convívio, ou seja, as amigas com quem se relacionava na busca pela aceitação de sua orientação sexual, e que lhe ofereceram um “trabalho” que proporcionaria dinheiro para sair e se divertir. Sua primeira prisão a inseriu na rede ilícita de tráfico de drogas da região, à qual se manteve próxima. Embora alegue não ter voltado a praticar a atividade, admitiu que foi tencionada para indicar um receptor para a droga de uma conhecida da prisão.

E a última entrevistada foi Sonia, 26 anos. Ela conta que trabalhava como representante comercial quando foi presa. Sobre a sua primeira prisão, Sônia narra que, em 2013, foi detida por tráfico de drogas. Ela conta que morava sozinha, era usuária de

maconha e que caminhava com um adolescente conhecido seu com quem pretendia fumar maconha. Ambos foram abordados pela Polícia Militar e durante a revista a droga foi encontrada com o menor, bem como a chave de uma casa. Na sequência, os policiais os conduziram para a referida casa, onde realizaram buscas e encontraram 32 (trinta e duas) “pedras de crack”. Após, os policiais fizeram buscas também na casa de Sônia, mas não encontraram drogas. Ainda assim, ela e o adolescente foram conduzidos até a Delegacia de Senhor do Bonfim, onde Sônia prestou depoimento alegando ser usuária de maconha e o menor assumiu a propriedade da maconha e das pedras de crack apreendidas. Sônia conta que cumpriu prisão preventiva por cerca de 01 (um) mês, que não houve audiência e foi liberada em prisão domiciliar, com a obrigação de comparecer ao fórum todos os meses.

No mês de março de 2013, Sônia narra que havia ligado para um conhecido pedindo para que entregasse em sua casa uma quantidade de maconha. Ao sair da sua casa, que ficava nas proximidades de um posto policial, esse conhecido foi abordado por Policiais Militares, os quais sabendo que ela havia sido presa por tráfico de drogas, fizeram um busca na sua casa.

Sônia afirma que admitiu para os policiais que era usuária de maconha e que eles encontrariam 80grmas da erva em sua casa, sendo a mesma destinada ao consumo pessoal. Mais uma vez foi conduzida para a delegacia. Ela prestou depoimento afirmando ser apenas usuária de maconha, pagou fiança no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e foi liberada para responder ao processo em liberdade.

Sônia afirma que no bairro onde morava sempre aconteceu movimento de tráfico de drogas e que conhece e conversava com muitos traficantes, motivo pelo qual a Polícia frequentemente a observava, bem como às pessoas com quem ela andava.

Ela conta que em 2014, sofreu um assalto e pouco após chegar à casa da sua mãe, a polícia apareceu dizendo que o seu celular foi encontrado em um carro roubado numa estrada de chão. Que foi conduzida para a Delegacia, pois a vítima proprietária do carro roubado informou que havia sido abordado por dois rapazes e uma mulher magra, todos com o rosto coberto por capuz.

Sônia conta que, no reconhecimento realizado na Delegacia, o dono do carro roubado afirmou que não sabia se ela participou do assalto, não podia afirmar com certeza porque os assaltantes usavam capuz e só sabia que a mulher era magra. Sônia afirma que, ainda assim, ficou presa pelo roubo do carro, pois tinha passagem por tráfico,

mas dessa vez não contratou advogado, porque era inocente e acreditou que seria absolvida.

Contudo, conta que numa mesma audiência foram julgados os 02 (dois) processos por tráfico de drogas e o processo pelo roubo do carro. Que ficou muito nervosa e acabou excedendo a dosagem dos remédios controlados que tomava para tratamento da Síndrome do Pânico, razão pela qual estava dopada durante a audiência e não foi capaz de se defender. Ela diz que lembra muito pouco da audiência e que foi condenada a 13 (trezes) anos e 04 (quatro) meses de reclusão pelos dois crimes tráfico de drogas e pelo assalto.

Ela conta que ficou presa até o julgamento e que, após ser sentenciada, foi transferida para o Conjunto Penal de Juazeiro, Bahia, em 04 de abril de 2014.

Sônia diz que tem um advogado particular contratado pela mãe, mas se queixa da ausência do profissional, que não lhe visita no estabelecimento prisional e não lhe passa informações sobre o andamento do seu processo. Mas que como sua mãe é uma senhora de idade, não se queixa, pois não quer preocupa-la ainda mais.

Sobre o seu relacionamento com a família, Sônia relata que seu pai faleceu quando era criança e que a mãe não se casou novamente. Que tem uma irmã mais velha com paralisia infantil, que vive com a mãe, além de um irmão e outra irmã, ambos casados. Ela conta que nunca apanhou, foi uma criança comportada. Que ela sempre foi muito próxima e amiga da mãe, com quem, inclusive, se abriu sobre sua orientação sexual, contando-lhe que se relaciona com mulheres e não recebeu qualquer tipo de recriminação. Que a mãe, evangélica, apenas lhe disse para continuar trabalhando e estudando. Sônia conta, também, que não tem religião, apesar de ter frequentado a igreja evangélica com a mãe quando criança e gostar muito de oração.

Ela afirma que sua orientação sexual “nunca foi um problema, nunca sofreu preconceito, sempre foi respeitada, porque sempre respeitou todo mundo”. E que ela sempre teve muitos amigos.

A mãe de Sônia a visita algumas vezes, mas não consegue ir ao presídio todos os fins de semana, porque cuida da filha com paralisia infantil. Sônia relata que sua prisão afetou muito a mãe e a irmã, sendo que esta passou a ser apontada na rua como “a irmã da mulher que roubou um carro”.

Sobre a vida escolar, Sônia diz que estudou até o 2º ano do ensino médio e que parou de estudar para trabalhar, pois queria ter sua própria casa e ser independente. Ela

trabalhou por 06 (seis) anos como representante de vendas com a irmã, vendendo cosméticos na zona rural.

Sobre como foi o seu primeiro contato com as drogas, Sônia narra que aos 15 (quinze) anos de idade se envolveu com um homem bem mais velho que era traficante, bebia e fumava maconha. Esse homem tinha um sítio para onde iam e fumavam maconha, mas que terminou o relacionamento quando descobriu que ele era casado, pois temia ser agredida por sua esposa.

Ela diz que sempre foi magra e não tinha problemas para se alimentar, mas percebeu que quando fumava a maconha sentia mais fome e sono e que, por isso, continuou a fumar. A mãe percebeu “o olho vermelho e baixo” e a criticou, mas, apesar das reclamações maternas, não conseguiu parar.

Sônia afirma que saía muito à noite, que nas festas “rolava muita maconha”, e como ela não gostava de beber, “fumava a maconha para fazer parte do grupo” e se viciou. Quando tinha 18 (dezoito) anos teve o primeiro contato com a cocaína, oferecida por amigos em festas. Ela conta que começou a cheirar a cocaína por curiosidade, mas que usou por pouco tempo. Na época, ela morava sozinha, mas perto da casa da mãe. Que foi graças a uma companheira, também usuária de drogas, que decidiu parar de usar a cocaína. Mas Sônia diz que continuou fumando a maconha porque era dependente, “fumava pra tomar café, pra almoçar, pra jantar e pra dormir”.

No bairro de periferia onde foi criada sempre acontece o tráfico de drogas, porque os policiais nunca prendem o dono da droga, prendem apenas a mula e essa sempre é substituída. Sônia esclarece que é fácil encontrar e comprar drogas, que basta pergunta onde tem uma “boca de fumo” que todo mundo indica.

Ela afirma que nunca quis vender drogas, porque sempre teve medo da polícia, pois já presenciou a Polícia Militar abordando e “os meninos perto de casa e batendo muito”, já policiais espancaram “de menor, de maior e até idoso”. E como ela nunca apanhou em casa, sempre teve muito medo de apanhar da polícia, apesar de declarar que nunca sofreu violência policial.

Sobre o cotidiano no presídio, Sônia afirma que tem sido difícil, que é difícil viver longe de quem se gosta, mãe, irmãos, sobrinhos. Conta que sempre teve bom comportamento, mas que recentemente se envolveu em uma briga. Conta que terminou um relacionamento com uma detenta e começou a namorar outra, mas sua ex-namorada não aceitou o término e tentou agredi-la. Que a briga foi separada pelas outras internas,

mas apenas ela está enfrentando um processo de sindicância, que pode levar à aplicação de um “castigo”. Que a ex-namorada que começou a briga foi libertada e ela aguarda o resultado da sindicância.

Sobre seus pensamentos para o futuro, após a saída da prisão, Sônia afirma que sente que será mal vista pela sociedade, encarada como uma pessoa sem dignidade, mas que sabe que contará com o apoio da família e que tem emprego garantido pela irmã. Ela sonha com uma “saidinha” e com a mudança para o regime semiaberto. Diz que se sente desconectada do mundo e que quer muito um trabalho, porque sempre trabalhou antes de ser presa. Ela conta, ainda, que quando foi presa sofreu crise de abstinência pela falta da maconha, sentia muito estresse, não conseguia comer, porque não tinha fome. Mas que agora está bem e não pretende voltar a usar drogas.

Em seu relato Sônia assume ter sido usuária de drogas, mas nega o envolvimento com o tráfico de drogas. Contudo, suas passagens pela polícia como traficante contribuíram para que ela fosse rotulada e se tornasse alvo da repressão policial.

3. A participação feminina no plantio de *cannabis* em municípios do Submédio São Francisco.

Embora os plantios *indor* de *cannabis* tenham crescido nos últimos anos, no Brasil a maior parte da produção ocorre na modalidade de plantio extensivo, predominantemente na região do Submédio São Francisco, no nordeste brasileiro. A presença da *cannabis* é antiga nessa região, assim como os registros da participação feminina no seu cultivo.

Nesse sentido, Pernambucano (1937) aponta que, no início do Século XX, esse plantio era uma tarefa predominantemente feminina, pois as roças dessa planta despertavam pouco interesse devido ao baixo valor comercial da atividade. Não obstante, como a maconha era um produto atraente no mercado, os homens se ocupavam do seu comércio para usuários das camadas populares ou inseridos nas franjas da marginalidade.

Contudo, o cultivo da *cannabis* em grande escala é um fenômeno mais recente voltado para atender à demanda do mercado interno, principalmente, das capitais nordestinas (FRAGA, 2006, 2015).

O incremento da produção ocorreu a partir dos anos de 1980, fazendo com que o polo produtor de *cannabis*, localizado no entroncamento dos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, com a posterior inclusão do Ceará pela Polícia Federal,

viesses a ser conhecido como “Polígono da Maconha”. Na década de 1990, o governo brasileiro deu início ao planejamento e à realização de operações de erradicação de cultivos ilícitos, medidas operacionalizadas pela Delegacia Especializada da Polícia Federal instalada na cidade de Salgueiro, Pernambuco, principalmente na época da colheita, a fim de debilitar economicamente os plantadores (FRAGA, 2015).

Isso motivou que os atores moldassem sua relação com a produção de acordo com a evolução das ações de repressão. Se até os anos 1980 os plantios eram localizados próximos às principais rodovias ou em glebas de terras pertencentes aos próprios plantadores. A partir da segunda metade dos anos 1990 e nos anos 2000, foram implementadas novas estratégias de localização das plantações. Sendo que, em geral, os cultivos foram transferidos para as ilhas de terras que se formam no Rio São Francisco, principalmente nos municípios pernambucanos de Orocó e Cabrobó, ou para áreas pertencentes à União no meio da *caatinga*, com a formação de acampamentos para o cultivo (FRAGA, 2015).

Nos anos 1980, quando ocorre o início do incremento da produção e a expansão do mercado para o produto, Fraga (2015, p. 26) aponta que “é possível identificar que, apesar da maior presença masculina no plantio, a participação feminina é percebida, ainda que mais timidamente, do que no início do Século”.

Nessa época, grande parte do cultivo da *cannabis* era realizado no sistema de agricultura familiar, com a divisão de tarefas entre todos os membros da família, segundo critérios baseados nas variáveis sexo e idade, com a venda da produção para um intermediário ou atravessador, figura conhecida como “boiadeiro”. Neste sistema, o agricultor recebe as sementes do atravessador, que depois na época da compra da produção, desconta o valor das sementes. Por envolver toda a família, as mulheres têm um importante papel e ocupam, geralmente, as tarefas mais delicadas como a separação das plantas machos e das fêmeas, o “desgalhamento” na época da colheita e, também, a rega em determinados períodos do dia. Para os homens, geralmente, ficam as tarefas mais pesadas e que não requerem tanto detalhamento, como carregar os galões de água para o plantio. No caso da agricultura familiar, geralmente, os homens controlam todo o processo (FRAGA, 2015; FRAGA & SILVA, 2015).

Dentre as mulheres entrevistadas, a história de Lúcia, 35 anos, exemplifica uma trajetória de inserção no cultivo de *cannabis* no modelo de agricultura familiar. Filha de um agricultor que já no início dos anos 1980 plantava *cannabis* em suas terras, Lúcia

relata que o cultivo ilícito estava localizado em uma parte bem distante da sede do sítio, acrescenta, ainda, que havia pouca repressão policial. Conta que o pai cultivou *cannabis* durante muitos anos, sempre com o auxílio da família. Aos 12 anos de idade, o pai lhe atribuiu algumas tarefas no plantio, como cuidar de algumas plantas, regando e separando a planta macho da planta fêmea. Quando adulta, casou-se com um agricultor e por sua iniciativa começaram a plantar *cannabis* no sítio da família. Ela relata que ensinou seu marido a cuidar da plantação, mas que era ele o responsável por negociar a produção com o atravessador. Acrescenta que permaneceram na atividade durante mais de dez anos, mas que deixaram de cultivar a planta, devido ao aumento da repressão policial e ao temor à possibilidade de prisão, expresso na seguinte declaração:

Desde pequena eu lido com a maconha. Já passei noites sem dormir e tive muitos sonhos que não presta por causa dela. Sonhava que a polícia me prendia, prendia meu marido, me batia, me xingava. Mas, meu pai sobreviveu e criou os filhos por causa do plantio da maconha. Eu sei que não é certo, ele sabia e nos aconselhava a não mexer com a maconha. Ele falava que fazia isso porque não queria ver os filhos morrerem de fome (Lúcia, 35 anos).

Lúcia esclarece ainda motivação de seu ingresso no plantio ilícito, demarcando que apesar dos temores, obteve recursos para superar dificuldades financeiras, como se vê:

Eu, também, passei dificuldades e foi por causa das dificuldades que eu plantei. Eu não quero plantar mais, hoje eu e meu marido, nós conseguimos sobreviver, graças a Deus, plantando maracujá. Mas não vou mentir, ela me trouxe agonia, mas me deu coisas boas. Mas eu não quero mais. Viver amuado não presta (Lúcia, 35 anos).

Outro exemplo de inserção no cultivo ilícito no sistema de agricultura familiar pode ser encontrado na trajetória de Severina, 45 anos. Ela é filha de um casal de pequenos agricultores, que teve onze filhos e que enfrentou inúmeras dificuldades financeiras. Ela declara que lê muito mal e pouco escreve, podendo ser considerada uma analfabeta funcional. Ela casou-se e teve dez filhos. A família possuía uma pequena gleba de terra, onde cultivava feijão, algodão, milho, cebola e outros produtos agrícolas para sua sobrevivência. Severina ingressou no cultivo da *cannabis* por intermédio do marido. Ele teve contato com a atividade aos 15 anos de idade e cultivou a planta durante muitos anos, com constantes entradas e saídas, de acordo com a maior ou menor repressão policial.

Durante os anos em que participou do cultivo ilícito, Severina realizou a irrigação manual da roça em terreno próximo à terra da família, tarefa realizada em horários específicos. Trabalhou, também, na colheita. O marido tinha a responsabilidade de regar o plantio; em algumas ocasiões participava da colheita; negociava a produção com o “boiadeiro” e administrava os recursos obtidos. Severina afirma que nunca contrataram outras pessoas para ajudar no plantio e que a *cannabis* levava 06 meses para ser colhida. Ela sempre conciliou o plantio ilícito com a vida de dona de casa e de pequena agricultora de produtos legais. Afirma que nunca recebeu diretamente pelo trabalho e não foi presa.

Severina avalia que o plantio de *cannabis* proporcionou à família recursos que não seriam obtidos em outras atividades agrícolas, mas classifica o dinheiro ganho como “amaldiçoado”. Relata que perdeu um filho, morto pela polícia, segundo ela, por envolvimento no tráfico de drogas. Ela alega, por fim, que deixou totalmente o cultivo de *cannabis* há mais de dois anos, pois sua família foi denunciada e ela não quer se arriscar.

O cultivo de *cannabis* na região também ocorre no chamado sistema de “meeiro”, quando o atravessador, o “boiadeiro”, contrata os agricultores para trabalharem em uma roça e o “patrão” (figura geralmente desconhecida pelos plantadores) fornece as sementes, o fertilizante, a “feira” (alimentos a serem consumidos no acampamento) e indica a terra com curso d’água onde será realizado o plantio. Ao fim da colheita, o “patrão” desconta o que investiu e divide o restante entre os agricultores ou, em caso de perda da produção, há a divisão dos prejuízos (FRAGA & SILVA, 2015).

Nesse sistema de produção, é possível verificar em alguns acampamentos a presença feminina, principalmente, quando a mulher está acompanhada de alguém do sexo masculino, geralmente algum parente, o marido ou companheiro. Nesses casos, a mulher pode cuidar das plantas pelas quais seu companheiro é responsável ou, também, cozinhar para o grupo ou para algumas pessoas do grupo. Quando as mulheres ficam responsáveis por cozinhar no acampamento podem receber parte do pagamento em quilogramas de maconha já prensada (FRAGA & SILVA, 2015).

A inserção feminina nesse sistema pode ser representada através da história de Teresa, 32 anos. Ela é filha de agricultores que foram deslocados de suas terras, após a construção da barragem de Itaparica, no Rio São Francisco. A família residiu e trabalhou em pequenos sítios, até conseguir se estabelecer em uma agrovila, onde o pai iniciou uma pequena roça de subsistência, cuja produção mal supria necessidades básicas. Aos 16

anos iniciou um relacionamento com um jovem de 20 anos, com quem teve dois filhos e viveu por 04 anos. Relata que os filhos presenciavam as constantes brigas do casal, inclusive, as agressões físicas que ela sofria, o que levou à separação e à mudança para a cidade, onde trabalhou num pequeno comércio. Na cidade conheceu um pequeno agricultor, com quem veio a se casar. Ela teve o primeiro contato com o plantio de *cannabis* através do marido, pois, durante uma época do ano, ele trabalhava em acampamentos em cidades próximas da residência do casal.

Teresa declara que, no princípio, temia a atividade de seu companheiro, motivo pelo qual quase se separou. Mas a atividade proporcionava-lhes uma vida confortável, que segundo os seus padrões avaliativos, eles não obteriam fora da atividade ilícita. Ela narra que manteve o seu trabalho e que cuidava dos filhos. Após ter que sair de seu emprego, por causa de um desentendimento com o gerente do estabelecimento, Teresa ficou apenas na atividade doméstica, cuidando dos filhos e da casa. Mas algumas dificuldades familiares a levaram a aceitar o convite do feito pelo marido para ajudá-lo no plantio de *cannabis*.

Teresa declara que, no princípio, apenas fazia a “feira” para o acampamento, comprando os mantimentos necessários para os acampados. Depois começou a ficar acampada, assim como outras mulheres, que também acompanhavam seus maridos no plantio de *cannabis*. Ela relata que durante quatro anos trabalhou na atividade, mas que resolveu abandonar o cultivo ilícito, pois temia ser presa junto com seu marido e ter de deixar seus filhos com a mãe, que também dependia do dinheiro fornecido por Teresa e proveniente da renda da *cannabis*. Quando questionada sobre a possibilidade de regressar à atividade, Teresa respondeu que, caso viesse a necessitar muito, voltaria a plantar *cannabis*. Ainda segundo suas declarações, o marido também não está mais na atividade. Eles nunca foram presos e conseguiram montar um pequeno comércio em sua cidade com o dinheiro ganho no plantio

A inserção feminina nos plantios de *cannabis* realizados no sistema de “meeiro” é bem menor do que aquela que ocorre no sistema de agricultura familiar, isso se deve à alguns fatores, elencados por Fraga e Silva (2015) e Fraga (2015), quais sejam: 1) à distante localização das roças que são plantadas em áreas de difícil acesso (normalmente terras da União em meio à caatinga, muito longe das rodovias e de cursos d’água ou em ilhas ao longo do Rio São Francisco); 2) à necessidade de isolamento total (regime de “internação”) nos acampamentos durante todo o período entre o plantio e a colheita (em

média 04 meses),vivendo em condições de higiene precárias; 3) à violência da atividade, que registrava altos índices de homicídios; 4) ao fato da atividade durante o período de cultivo ser apontada por alguns agricultores entrevistados como um trabalho muito pesado para as mulheres, por requerer dispêndio significativo de força física, principalmente na rega da plantação onde não há irrigação; 5) ao grande risco de prisão devido à intensificação da repressão policial; e 6) à necessidade de cuidado com os filhos, principal razão do temor à prisão.

E, por fim, um sistema de cultivo mais recente, ainda pouco usual, é o que chamamos aqui de “consórcio”, que ocorre quando duas ou mais pessoas elegem uma terra de difícil acesso, pública ou abandonada, para dificultar a repressão policial e impedir a expropriação judicial caso a plantação seja detectada. Depois de escolhido o local, esse grupo de pessoas adquire a semente da planta, que é paga imediatamente ou após a colheita. E, normalmente, o fornecedor da semente tem o monopólio da compra do produto. Por fim, o grupo contrata algumas pessoas para trabalharem na roça, a serem pagas após a colheita e venda da produção. Fraga e Silva (2015) relatam a inserção feminina em uma operação de “consórcio” para cultivo de *cannabis*.

Um exemplo da inserção feminina nesse sistema é Joana, 34 anos. Ela nasceu em uma família de pequenos agricultores que sofreram constantes dificuldades financeiras. Sua mãe faleceu quando ela tinha 15 anos e por ser a filha mais velha, Joana assumiu as tarefas domésticas da casa. Aos 19 anos ela foi trabalhar em um sindicato de trabalhadores rurais de sua cidade. Lá, conheceu agricultores que tinham uma história de envolvimento com o plantio de *cannabis* na região. Ela declara que, após conversa com alguns desses agricultores, apesar do medo de se envolver em uma atividade ilícita, resolveu participar de uma operação de “consórcio”, conforme passagem abaixo:

Joana - No início eu tive muito medo, pois todos aqui sabem das operações da Federal que têm muitos homens e utilizam helicóptero e tudo. Mas, quando pegamos uma terra, colocamos as sementes e colocamos pessoas para trabalhar o risco é menor. Eu fiquei nisso algumas vezes. Ganhei um bom dinheiro que usei para pagar dívidas e melhorar minha vida (Joana, 34 anos)

Por fim, Joana declara que a atividade é muito lucrativa, mas que deixou de participar, porque temia ser denunciada. E quando questionada sobre a possibilidade de retornar à atividade, afirmou não saber e que espera não precisar, pois envolve muito risco.

4. Considerações finais.

As mulheres presas por tráfico relataram a inserção em contextos favoráveis à construção de uma carreira criminal e rotulação como traficantes (BECKER, 2008) e em que, devido ao desempenho de funções marcadas por maior visibilidade, estiveram mais sujeitas à repressão policial e à violência presente nesse mercado ilícito.

Enquanto as mulheres que admitiram envolvimento no cultivo ilícito de *cannabis* desempenharam atividades específicas, que requerem maior atenção e cuidado, que influenciaram no aumento da produtividade e rentabilidade dos cultivos, especialmente na agricultura familiar; num contexto em que não foram tencionadas à construção de uma carreira criminal e que lhes conferiu certa invisibilidade e proteção frente à repressão policial.

As trajetórias das quatro mulheres envolvidas no plantio de *cannabis* refletem algumas das formas através das quais elas são inseridas e passam a desempenhar funções nesse atividade ilícita. Não obstante, destacamos que, na atualidade, a atividade de cultivo ilícito na região do Submédio São Francisco é predominantemente masculina, por desenvolver-se, em geral, no sistema de “meeiro”, ou seja, em acampamentos (FRAGA & SILVA, 2015).

Contudo, citando o relato de um policial federal da Delegacia Especializada de Salgueiro - PE, Fraga (2015) chama a atenção para o fato de que o aumento do combate ao cultivo ilegal nos últimos anos, com o emprego de recursos tecnológicos, como os satélites e helicópteros, afetou a configuração das roças de *cannabis*, provocando a concentração da produção nas ilhas do Rio São Francisco, pulverizando pequenas roças ao longo das terras marginais ao rio e alterando as redes de produção- escoamento. O que causou o aumento da inserção de famílias de agricultores ou trabalhadores rurais mais pobres no processo produtivo. Essa intensificação da produção pulverizada, em menor quantidade no “continente”, tende a fazer com que a participação feminina aumente em relação a outros períodos, em especial, quando atrelada, também, à produção familiar. Contudo, ainda é cedo para confirmar tal tendência, pois a produção no sistema de agricultura familiar deixa o agricultor mais vulnerável (FRAGA & SILVA, 2015).

Mas aquelas que se envolvem no cultivo, o fazem de forma diferenciada em relação aos homens. Pois, em lugar de um ingresso independente no cultivo, ainda é comum a mediação de uma figura masculina com quem elas tenham relação afetiva,

como o marido, o companheiro, o irmão ou o pai. Contudo, como no caso de Joana, percebemos mulheres que passam a ter um papel de protagonismo e de liderança. Isso também reflete a maior participação das mulheres em muitas atividades laborais e de liderança no Sertão pernambucano, região em que o machismo ainda é muito presente nas atividades cotidianas (FRAGA & SILVA, 2015).

Nas entrevistas com as mulheres envolvidas no plantio ilícito, percebe-se que, se comparadas aos homens, há diferença na forma como investem o dinheiro ganho com a cannabis. Enquanto os homens, principalmente os mais jovens, utilizam a maior parte do recurso em atividades como festas, farras, na compra de motos e outros bens que irão lhes conferir distinção, as mulheres voltam boa parte dos recursos para a melhoria das condições de vida da família, seja investindo no estudo dos filhos ou na compra de bens que lhes proporcionam maior qualidade de vida, e, segundo suas avaliações, mais conforto (FRAGA & SILVA, 2015).

Referências Bibliográficas

- AFSAHI , K. (2015) Pas de culture de cannabis sans les femmes. Le cas du Rif au Maroc. *Déviance et Société*, vol. 39, n° 1 : 73-97.
- BECKER , H. S. (2008) [1963]. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. 1ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 232 p.
- BICALHO, A. M. (1995) A Produção de Maconha No Sertão do São Francisco. *Boletim de Geografia Teorética*. Brasília 25: 289-300.
- BLOOMER, J. (2009) Using a political ecology framework to examine extra-legal livelihood strategies: a Lesotho-based case study of cultivation of and trade in cannabis. *Journal of Political Ecology*, vol. 16: 49-69.
- BRASIL. (2015) Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN MULHERES**. Brasília, DF.
- BRAUNSTEIN , H. R. (2007) **Mulher encarcerada**: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 174 p.
- CHESNEY-LIND, M. (1989) **Girls' Crime and Woman's Place**: Toward a Feminist Model of Female Delinquency. *Crime & Delinquency*, January ,1989, 35: 5-29.
- COLEMAN, J. S. (1958) Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. *Human Organization*. v.17, 1958 p. 28-36.
- CORREIA, J. A. (2006) Prefácio. In.: DUBAR, Claude. **A Crise das Identidades**. A interpretação de uma mutação. Tradução Catarina Matos. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

- D'ELIA FILHO, O. Z. (2007) **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro: Reavan, 137 p.
- DALTON, K. (1991) **Once a Month**. London: Fontana.
- DALY, K.; CHESNEY-LIND, M. (1988). **Feminism and criminology**. Justice Quarterly, 5(4), 497-538.
- DUBAR, C. (1998) Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e Sociedade* [online], vol.19, n. 62: 13-30. ISSN Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73301998000100002>. Acesso em: 12/05/2015.
- ESPINOZA, O. (2002) A Prisão feminina desde um olhar da criminologia feminista. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, 1 (1), p. 35-39, Jan-Dez/2002: 35-39.
- FRAGA, P. C. P. (2007) A Geopolítica das Drogas na América Latina. *Em Pauta* (Rio De Janeiro), v. 10, p. 83-105, 2007.
- FRAGA, P. C. P. (2006) Plantios ilícitos no Brasil: notas sobre a violência e o cultivo de cannabis no polígono da Maconha. *Cadernos de Ciências Humanas-Especiaria*, vol. 9, núm. 15, Janeiro-Junho: 95-118.
- FRAGA, P. C. P. (2010) As ações de erradicação de plantios considerados ilícitos na América Latina e no Brasil. In: P. C., PONTES FRAGA (ed.). 2010. *Crimes, drogas e políticas*. Ilhéus, Editora da UESC: 187-225.
- FRAGA, P. C. P. (2012) Plantaciones ilícitas como fuente de ingresos alternativa y expresión de desigualdad: el caso del cultivo de cannabis en el nordeste de Brasil. *Estudios Sociológicos*, vol. XXX, núm. 88, 2012: 143-169.
- FRAGA, P. C. P. (2015) A participação feminina no plantio de *cannabis* no Vale do São Francisco. In: P. C. P. FRAGA (Org.). *Mulheres e Criminalidade*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, v. 1, p. 14-35.
- FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (2011) Plantios ilícitos de cannabis no Brasil: Desigualdades, alternativa de renda e cultivo de compensação. *Revista Dilemas*, n. 4, vol. 1., Rio de Janeiro, 2011: 11-40.
- FRAGA, P. C. P.; SILVA, J. K. N. (2015) Mulheres e criminalidade: Um estudo acerca do envolvimento de mulheres com o plantio de cannabis no Vale do São Francisco. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20 a 23 de Julho de 2015, Grupo de Trabalho 15 - Mercados Ilícitos e Processos de Criminalização: desafios metodológicos. Porto Alegre, RS.
- FREYRE, G. (2004) Nordeste, São Paulo, Ed. Global, 2004.
- FRINHANI, F. M. D. (2004) **Mulheres encarceradas: representando o universo prisional**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, ES.
- GÓMEZ, A. S. (2012) **Las jefas del narco**: el ascenso de las mujeres en el crimen organizado. Random House Mondadori, S. A.
- GRILLO, C. C. *et al.* (2011) A "**dura**" e o "**desenrolo**": efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. *Rev. Sociol. Polit.*[online]. 2011, vol.19, n.40, pp. 135-148.

ISSN 0104-4478. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782011000300010>>. Acesso em: 30/01/2012.

GUEDES, M. A. (2006) **Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino**. Psicologia ciência e profissão, 26(4), 2006, p. 558-569.

GUEYE, M. (2007) **Sociétés rurales et développement durable. Transformations récentes des agricultures, stratégies paysannes et soutenabilité des systèmes ruraux en Afrique sahélo-soudanienne: cas du département de Bignona (Sénégal méridional)**. Tese de Doutorado. Montreal, Universidad de Montreal, 269 p.

IULIANELLI, J. A. S. (2005) Brasil rural: cannabis e violência. In.: IULIANELLI, J.A.S. et al. (Org.). **Uma guerra sem sentido: drogas e violência no Brasil**. Rio de Janeiro/Amsterdan: Transnational Institute, 2005, p. 7-16.

IULIANELLI, J. A. S. (2000) O Gosto Bom do Bode: Juventude, Sindicalismo, Reassentamento e Narcotráfico no Submédio. In.: A. M. M. RIBEIRO; J. A. S. IULIANELLI. 2000. **Narcotráfico e Violência no Campo**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, p. 79-92.

KANT DE LIMA, R. (1995) **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Forense.

KOKOREFF, M. (2005) Toxicomanie et trafics de drogues: diversité des cheminements et effets de génération au sein des milieux populaires em France. In.: N. BRUNELLE & M. COUSINEAU (ed.), *Trajectoires de déviance juvénile: Les éclairages de la recherche qualitative*. Québec: Presses de L'Université du Québec, p. 31-60.

LANIEL, L. (1999) Cannabis in Lesotho: a preliminary survey. Management of Social Transformations – MOST. Discussion Paper N°. 34. Disponível em: <http://www.unesco.org/most/dslaniel.htm>. Acesso em: 26/07/2013.

LEMGRUBER, J. (1983) **Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé.

MALAGUTI BATISTA, V. (2001). O Tribunal de Drogas e o Tigre de Papel. *Revista de Estudos Criminais*. Ano 1, núm. 4, 2001: 108-113.

MISSE, M. (1999) **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no rio de janeiro**. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, RJ.

MOKI, M. P. (2005) **Representações sociais do trabalho carcerário feminino**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.

PÉREZ, P.; LANIEL, L. 2004. Croissance et croissance de l'économie du cannabis en Afrique subsaharienne (1980-2000). *Hérodote*, Saint-Denis, núm. 112: 122-138.

POUPART, J. (2010) A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In.: POUPART, J. et al (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 215 – 253.

RIBEIRO, A. M. M. (2008) **O Pólo Sindical do Submédio São Francisco: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha na agenda**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

RODRIGUES, L. B. de F. (2006) **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do**

proibicionismo no sistema penal e na sociedade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Área de Concentração: Direito Penal, Medicina Legal e Criminologia. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2006, 273 f.

RODRIGUES, T. (2008) Tráfico, Guerra, Proibição. *In*: LABATE, Beatriz Cauby, *et al.* **Drogas e cultura: novas perspectivas.** Beatriz Caiuby Labate ... [et al.], (orgs.) . Salvador : EDUFBA, 2008, p. 91-104.

RODRIGUES, T. (2012) Narcotráfico e Militarização nas Américas: vício de guerra. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 34, no 1, janeiro/junho 2012, p. 9-41.

SÁNCHEZ ALHAMA, J.; MESA, E. M.; DOMÍNGUEZ, J. A. (2006) **Estructuras sociales de desigualdad, medio ambiente y desarrollo humano: cannabis y desarrollo en Marruecos.** *Portularia*, vol. VI, núm. 2, 2006, pp. 105-121. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=161017317005>>. Acesso em 27/07/2013.

SÁNCHEZ, M. N. (2004) **La mujer en la teoría criminológica.** *Revista La Ventana*, n. 20, p. 240-266.

SANTACRUZ-DE LEÓN, E. E.; PALACIO-MUÑOZ, V. H. 2014. Campesinos mexicanos: entre la subsistencia, el mercado y los cultivos ilícitos. *Quivera*, vol. 16, núm. 2014-2, Julho-Dezembro, 2014: 11-25

SOARES, B. M.; ILGENFRITZ, I. (2002) **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades.** Rio de Janeiro: Garamond.

SOUZA, K. O. J. (2009) **A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas.** *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 14, n. 4, 2009 (out./dez.), p. 649-657.

UNODC (2014). **World Drugs Report.** Washington, UNODC.